

Revista de libros

Actas do Colóquio Internacional “Orientalismo ontem e hoje: nos 100 anos da morte de Verdi”. Cadmo (Revista do Instituto Oriental, Universidade de Lisboa), n.º 12. Lisboa, 2002 [253 pp.].

Com o apoio, entre outros, do Instituto Italiano de Cultura, a instituição referenciada, criada há mais de uma dúzia de anos no âmbito da Faculdade de Letras da dita Universidade, teve a feliz ideia de ligar o evento científico, levado a efeito a 5-6 de Março de 2002, com o centenário da morte duma notória figura das artes musicais europeias que, com a sua ópera *Aida* (antropónimo turco-árabe!), imortalizou dum certo modo a faustosa inauguração do Canal de Suez (1871). De resto, esta efeméride, celebrizada pelo grande escritor português de oitocentos, Eça de Queiroz (*Viagem ao Egipto*), não consagrava apenas a ligação geográfica entre Ocidente e Oriente, mas ainda um certo apogeu do encontro político e cultural entre a Europa e o Próximo-Oriente, de que a arqueologia oriental e os chamados “estudos orientais”, em geral, se viram largamente beneficiados.

É sobre a tal descoberta do Oriente “próximo”, berço da civilização mediterrânica, com o erudito e estimulante ensaio de José Nunes Carreira (o principal impulsionador da instituição anfitriã e primeiro mestre de vários dos colaboradores) intitulado “Século de Verdi: o despertar de um Gigante” (p. 9-39), que abre o volume das Actas, tal como se abriu o Colóquio, dando o pontapé de saída para comunicações mais sectoriais. Luís Manuel Araújo (do mesmo Instituto; ver a nossa resenha sobre o *Dicionário do Antigo Egipto* nas páginas deste revista) disserta assim sobre os primórdios da egiptologia (p. 63-84) e António Ramos dos Santos (*idem*) sobre “A assiriologia no século XIX” (p. 123-36), enquanto José das Candeias Sales (ver a referida resenha), com a sua comunicação “A arqueologia egípcia no século XIX: da “caça ao tesouro” à salvaguarda da herança faraónica” (p. 85-112), foca a gesta da museologização dos achados egiptológicos no preciso século XIX, principal objecto de estudo da colectânea. Pelo seu lado, José Ribeiro Ferreira, professor de estudos clássicos da Univ. de Coimbra e autor da notável obra *Hélade e Helenos* (Coimbra, ¹1983, ³1993), investiga o caso da historicidade e das recentes descobertas arqueológicas alemãs (e russas anteriores) da celabrada Tróia (hoje Hissalik, Turquia), no quadro das relações-conflitos entre o Ocidente grego-micénio e a ÁsiaMenor costeira nos finais do 2.º milénio a.C. (p. 41-61).

Sabe-se como o estudos bíblicos beneficiaram com essa descoberta do Oriente: filologia, história, arqueologia, mundo religioso... Enquanto Francisco Caramelo (Instituto Oriental da Univ. Nova de Lisboa) relaciona a publicação, no século XIX, dos oráculos proféticos neo-assírios com as mudanças de perspectivas na abordagem do profetismo bíblico (p. 113-21), Armindo dos Santos Silva

(Fac. de Teologia da Univ. Católica Portuguesa) evoca, num estudo crítico mais alargado, “A renovação dos estudos bíblicos com as literaturas do Antigo Oriente” (p. 157-93). Quanto a Julio Treballe Barrera (Univ. de Barcelona –o único espanhol e estrangeiro a intervir!), ele oferece uma síntese sobre os Livros bíblicos e apócrifos da biblioteca de Qumran (p. 137-55) onde, para a primeira vertente, resume em castelhano um artigo dele em língua inglesa publicado na conhecida *Revue de Qumran*, 19 (2000).

Sabemos também que o século XIX correspondeu ao início da era moderna colonial, cuja ideologia não podia deixar de ter impacto nesses estudos, fornecendo estes, muitas vezes, os ingredientes duma “certa imagem” dos povos extra-europeus, assim como os conhecimentos necessários a assegurar o domínio pretendido, quando não o justificavam filosófica ou religiosamente... É nesta senda que se situa o interessante trabalho de Sérgio Campos Matos (Fac. de Letras, U. Lisboa), “Oriente e orientalismo em Portugal no século XIX: o caso de Oliveira Martins” (p. 211-24), lembrando aos leitores desta revista que se trata do grande historiador, intelectual e político da segunda metade do século em análise (1845-94). Matos realça o seu real interesse para as civilizações não europeias ao mesmo tempo que o seu etnocentrismo tão em voga na Europa de então. Antes dele, Maria de Fátima Silva (F.L., U. Coimbra), recuando no tempo para além de dois milénios, foca a mesma problemática a partir da imagem dos Persas na escrita do “pai da história (europeia)”, Herodoto (p. 195-210), sendo que, curiosa ou sintomaticamente, o confronto de então entre Gregos e Persas apresenta grandes similitudes político-militares e epistemológico-culturais com a época referida anteriormente.

No século XIX em especial, o “orientalismo” europeu não se traduziu apenas no labor científico, invadiu a esfera das expressões artísticas, sejam elas musicais (caso precisamente da ópera *Aida*), pictóricas ou arquitectónicas. Maria João Baptista Neto (F.L.U.L.) estuda este fenómeno em relação ao Portugal dos séculos XIX e XX, e a respectiva egiptomania em especial (p. 225-41). Pelo seu lado, Rui Mário Gonçalves (*idem*) analisa “As influências orientais na transformação da linguagem pictórica ocidental” nos mesmos séculos (p. 243-49). Frisa quer a importância das alterações qualitativas ao nível das próprias técnicas da pintura (cores, formas, planos, desenho...), em contraste com o simples tratamento de temas ou motivos exóticos ou “orientalistas”, quer o ascendente que exerceram nesse processo as artes egípcia e japonesa em particular.

A consulta do programa original do Colóquio, divulgado nas páginas finais do volume, leva-nos a constatar a falta de duas das intervenções nele apresentadas. A primeira tinha por título “O orientalismo na ópera: uma viagem por uma base de dados”, da autoria de três musicólogos da Universidade Nova de Lisboa. A segunda, que se devia a Isabel Pires de Lima (F.L., U. Porto) falava de “O Oriente literário entre dois séculos”. Trata-se provavelmente de literatura portuguesa, devendo a autora ter retomado o trabalho três anos antes publicado na interessante obra colectiva “O orientalismo em Portugal”, que acompanhava a exposição homónima levada a efeito no edifício histórico da Alfândega do Porto.

Ao contrário deste livro, constatamos que, com uma ou outra excepção, o Oriente sobre o qual se debruçou o Colóquio de Lisboa é o Próximo Oriente Antigo. Nem se falou dos “Orientes” da Ásia mais profunda (Índia, China,

Japão...), nem dos tempos medievais ou contemporâneos desse mesmo Próximo Oriente (arabismo, islamismo, cristianismo oriental, etc.). É que o âmbito real dos interesses e das investigações do “Instituto Oriental” que protagonizou a louvável iniciativa, assim como da revista que ele edita e onde se publicaram essas Actas, corresponde de facto a esse espaço e esses tempos remotos. Deve-se esta realidade ao sistema universitário português, onde o ensino obrigatório das “Civilizações Pré-Clássicas” (perspectiva “linear” eurocêntrica...), introduzido por ocasião da reforma compulsiva e uniforme do ensino da História na década de 70 do século há pouco findo, ao mesmo tempo que permitiu a formação académica normal de um escol de professores e investigadores, limitou a abrangência espacial e temporal do objecto dos estudos orientais. Quando é que o estudo das civilizações e sociedades extra-europeias (e não cristãs ocidentais) terá “direito de cidadania” no universo académico do país? Afinal de contas, Portugal foi o primeiro país europeu a expandir-se fora da Europa e o último a deixar os respectivos territórios colonizados! Até se pode dizer que foi o único povo em toda a história da Humanidade a estar simultaneamente presente – durante 500 anos! – em todos os continentes do planeta.

ADEL SIDARUS
(Évora e Lisboa)

Dicionário do Antigo Egipto. Direcção de Luís Manuel de Araújo. Lisboa: Editorial Caminho, 2001 (Colecção Dicionários). [884 pp., grande formato em 2 col., ils. a preto e branco, 5 fls. extra-texto com estampas a cor].

A Egiptologia portuguesa está de parabéns com esta obra “faraónica”, que juntou uns vinte especialistas de língua portuguesa (com excepção do catalão Josep Padró, *vide infra*), sob a batuta competente e expedita (apenas dois anos de trabalho!) do conhecido egiptólogo e professor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

É óbvio, como ele mesmo afirma, que esta obra de referência não pretende competir com as congéneres de língua alemã, inglesa ou francesa. Tem em mira, obviamente, o público português, académico ou não, que começa de facto a interessar-se pela civilização egípcia e pelas do Próximo Oriente coevo. A este respeito comparando com outras obras congéneres estrangeiras, este *Dicionário* luso tem a vantagem de tratar também deste último espaço, se bem que não com a mesma profundidade e extensão. O mesmo se pode dizer em relação à Grécia e Roma, de que não faltam referências pertinentes. De resto, o nosso *Dicionário* vai da Pré-História até à dita Época Copta (séc. VII d.C.), pelo que inclui o rico período greco-romano e percorre assim mais de... seis mil anos de assombrosa história do Vale do Nilo.

As entradas são assinadas e comportam uma bibliografia essencial. Abordam o conjunto das vertentes duma civilização antiga: teónimos e antropónimos; edifícios, topónimos e sítios arqueológicos; períodos históricos; povos vizinhos; realidades do mundo material, natural, religioso, intelectual, institucional e tecnológico; noções e temas variados.

Não nos devemos afastar muito da verdade, se dissermos que cerca de metade dos artigos ficaram a cargo do responsável e promotor da publicação e que, a seguir, José das Candeias Sales (na altura docente da Fac. de Ciências Sociais e Humanas da Univ. Nova de Lisboa e agora na Univ. Aberta, sediada na mesma cidade) foi o mais importante colaborador. Encontramos também outros nomes de prestígio nas áreas afins (Oriente antigo, Mundo bíblico, Antiguidade clássica), tais como os professores José Nunes Carreira e José Augusto Ramos (Lisboa) ou Geraldo Coelho Dias (Porto). O egiptólogo catalão referenciado mais atrás, da Univ. de Barcelona e professor visitante em Lisboa desde há vários anos, assina alguns artigos de cariz linguístico ou toponímico. Aproz-nos assinalar também o contributo da escola polaca de egiptologia através de Malgorzata Kot Acúrcio, que estudara também no Egipto antes de se radicar em Portugal há mais de uma década. Também a escola francesa está presente, desta feita, através duma portuguesa, Isabel Fernandes Simões, que se formou em Paris, onde prepara actualmente a sua tese de doutoramento.

À riqueza da informação, qualidade científica e fluidez da escrita, juntou-se um trabalho editorial muito cuidadoso. Deve assim a comunidade científica e a sociedade portuguesa, em geral, estarem agradecidas para com o Prof. Luís Araújo e a Editorial Caminho.

ADEL SIDARUS
(Évora e Lisboa)

J.M. BLÁZQUEZ, *Dioses, mitos y rituales de los semitas occidentales en la Antigüedad*. Ediciones Cristiandad, Madrid 2001. 319 pp. + 30 láms. I.S.B.N.: 84-7057439-6.

Divididos en dos grandes grupos (occidentales y orientales) y utilizando diversas lenguas (ugarítica, amorrita, cananea, hebrea, amonita y aramea), los principales estados semitas, por lo que al grupo occidental se refiere se asentaron en las actuales Siria y Líbano (cananeos y fenicios), Israel (hebreos), y Jordania (arameos).

En libro que el profesor Blázquez nos presenta en esta ocasión se centra en el estudio de los rituales, mitos y divinidades adoradas por estos pueblos que desde sus asentamientos en el extremo oriental del Mediterráneo, se expandieron por toda la cuenca, al menos por lo que a los fenicios se refiere, trayendo consigo costumbres y divinidades que enraizaron profundamente en las nacientes sociedades del Mediterráneo occidental.

Para el estudio de la religión de los semitas occidentales J.M. Blázquez utiliza tanto las fuentes literarias llegadas hasta nosotros, como las arqueológicas, y epigráficas (muy exiguas en número), que a pesar de ser éstas últimas muy difíciles de interpretar, completan las escasas informaciones escritas que han pervivido. Señala el autor, además, que las fuentes epigráficas son muy poco ilustrativas y que los semitas occidentales frecuentemente utilizaban, para sus documentos, materiales perecederos como el papiro. Se conocen algunas leyes sagradas, tarifas de sacrificios y algunas listas con los gastos de los santuarios o

del personal de los templos así como algunas menciones a fiestas o asociaciones religiosas, pero por norma general ninguno de estos documentos aporta datos de excepcional relevancia para el tema. De este panorama que se podría calificar de desolador, es una excepción Ugarit, ciudad que ha proporcionado un conjunto de archivos que nos suministran una rica y variada información sobre ritos y aspectos litúrgicos. En este contexto, continúa J.M. Blázquez, no se puede descartar la importante aportación de la Biblia, los escritos de Heródoto, Polibio, Diodoro Sículo, Estrabón, Plutarco y Plinio el Viejo así las obras de Luciano de Samosata (*Diosa Siria*) y de Filón de Biblos (*Historia Fenicia*) recogida fragmentariamente por Eusebio de Cesarea.

El profesor Blázquez apunta que todo esto nos lleva a poder afirmar que no había una religiosidad común a todos los semitas y que existían claras divergencias en el campo religioso y mitológico entre las diferentes ciudades. A pesar de que los nombres de los dioses se repiten, su importancia varía en cada una de los núcleos urbanos. A pesar de todo ellos si que se pueden encontrar algunas constantes en lo referente a la concepción de la divinidad o en la actitud de los hombres hacia los dioses.

La parte central del estudio comienza con una aproximación a la situación de Siria a comienzos del II milenio a.C., estudiando el panteón de Emar, el de Ebla, el de Mari y más brevemente el de Alalah y los de Qatna y Tekk-Ta'anekh.

A continuación pasa a estudiar a los cananeos centrándose en Ugarit, sus mitos, comenzando por el ciclo de Baal (la lucha entre Baal y Yammu, el Palacio de Baal, la lucha entre Baal y Motu); luego el ciclo de la fertilidad (mitos de Baal y Anatu, y de la Virgen Madre Anatu, junto con otros fragmentos); el ciclo de Ilu (mito de los dioses apuestos y hermosos, las bodas de Yahru y Nikkal, la orgía divina); la mitología y religión de la épica (epopeya de Kirta, epopeya de Aqhatu, los Rapauma); los mitos sirio-cananeos; y, finalmente, la mitología real.

El capítulo tercero está dedicado a otras ciudades fenicias comenzando por Biblos, Sidón, Tiro y Sarepta donde estudia las distintas divinidades que recibieron culto en estas localidades, como Eshmún, Baal de Sidón, Dagón, Reshef, Shadrapha, Tanit, Paam, Baalat Gubal, Adonis, Baal, Chusur, Sydyk. Misor, Melqart, Baal Malage, Baal Safón, Baal Hamón y Shamash. También estudia el panteón fenicio de algunos lugares de Occidente. El estudio de la cosmología fenicia de Filón de Biblos recogida por Eusebio de Cesarea es la parte central del siguiente apartado de este capítulo, que se concluye con el estudio de los lugares de culto y la organización de la religión fenicia.

Los arameos, tanto su panteón como sus creencias funerarias, son estudiados en el cuarto capítulo, mucho más breve que el anterior.

El quinto capítulo, uno de los más extensos, está dedicado al pueblo hebreo, comenzando por las aportaciones que la arqueología hace al conocimiento de la religión de Israel; la monolatría judía; la pluralidad de los nombres divinos; los cultos astrales en Israel; la prohibición de las imágenes; el monoteísmo israelita; la desmitologización de la religión hebrea con los relatos de los orígenes, el paraíso, el diluvio, el matrimonio de los ángeles y la torre de Babel; las huellas de mitos en la *Biblia*, para concluir con el influjo de la religión cananea en la hebrea.

La obra se concluye analizando la religiosidad de Palmira y la de los árabes anteriores al Islam.

JAVIER CABRERO

ALBERTO BERNABÉ-JUAN ANTONIO ÁLVAREZ-PEDROSA, eds., *Historia y leyes de los hititas. Textos del Imperio Antiguo. El Código*, Madrid, Ediciones Akal, S.A. (Akal/Oriente 3 Indoeuropeo), 2000, 255 pp. [I.S.B.N.: 84-460-1123-9]

De un tiempo a esta parte el conocimiento de los hititas se abre paso entre un público amplio con la publicación en nuestra lengua de este nuevo trabajo sobre esta civilización de Anatolia antigua. Esta reciente obra, adelantando a otros países de mayor tradición hititológica, es única en el género por su planteamiento de conjunto, con la recopilación casi exhaustiva de uno de los más importantes grupos de textos: el de los históricos y legales. Este primer volumen, *Historia y leyes de los hititas. Textos del Imperio Antiguo. El Código*, ha sido elaborado por los profesores Alberto Bernabé Pajares y Juan Antonio Álvarez-Pedrosa, garantes de la cuidada selección, traducción y comentario de la totalidad de documentos que sobre el género se han conservado hasta el momento.

La estructura principal se puede dividir en tres partes bien definidas. En primer lugar la *Introducción* (p.9 ss.), que plantea un cuadro nítido, coherente y actualizado de los aspectos más conocidos, sin olvidar aquellos más controvertidos, de la civilización hitita. En segundo lugar, se destaca el apartado principal: los *Textos históricos* (p.75 ss.), con los principales documentos del Reino Antiguo hitita, doce (T 1-12), traducidos e introducidos por extensos y profundos comentarios, que encuadran cada documento en su época aludiendo a las cuestiones claves de cada reinado. En último lugar, encontramos: los *Textos legales* (p.163 ss.), con el propio *corpus* de leyes (T 13), en número de doscientas (p.165 ss.), que regulaba amplios aspectos de la vida de los hititas; y con una selección de documentos relativos al derecho (p.210 ss.): un edicto real (T 14), unas instrucciones a funcionarios periféricos (T 15) y las actas de un proceso judicial (T 16).

Todo el conjunto de la obra va acompañado de material gráfico de apoyo en forma de tablas con listas de reyes, sincronías, concordancias textuales, esquemas, además de cuatro mapas. Asimismo, se presenta una seleccionada bibliografía, tanto al final como a lo largo de todo el trabajo, que prestan el apoyo necesario a una consulta más profunda sobre la variedad de cuestiones desarrolladas y, en particular, sobre los textos editados.

En un trabajo tan denso y profundo, y sin pretender ser exhaustivos ni desmerecer lo más mínimo a esta óptima obra, señalaremos en una breve lista (aunque no en su totalidad) varias cuestiones abiertas y errores puntuales, algunos de forma y otros de contenido, fácilmente subsanables y discutibles para las siguientes ediciones, que mejorarán la presentación de esta excelente publicación:

(a). El uso en el texto de la forma del topónimo: *Karhemiš* (p.ej., p.11 *et passim*), sobre el curso del Éufrates, en vez de la variante gráfica más apropiada y frecuente en la documentación hitita: *Karg/kamiš* (cf. J.D.Hawkins *RIA* 5

(1976-80) 426; G.del Monte-J.Tischler, *RGTC* VI, 1978, p.181 s.; del Monte, *Supplement*, 1992, p.67; y K.Nashef, *RGTC* V, 1982, p.155, para textos no hititas), cuando en otras partes del texto sí aparece bajo esta forma más correcta (p.ej. p.20 *et passim*).

(b). La posición relativa del sitio de Maşat Höyük (antigua *Tapikka* hitita) con respecto a la capital de Hatti, Hattusa (Bogazköy/Bogazkale), es “nordeste-este” y no el “noroeste” (p.21).

(c). Alusión matizable al relevante papel de *Kanes/Nesa* (Kültepe), que no fue la sede del único *kârum* paleoasirio, como si parece afirmarse en la p.24 (también cf. p.47), puesto que es constatable la existencia de otros, aunque menos destacados, distribuidos a lo largo de Anatolia.

(d). La localización de *Zalpa/Zalpuwa* en las cercanías de las costas del Mar Negro, sobre la desembocadura del Kizil Irmak (el Halys clásico), y más concretamente sobre el sitio de Ikiztepe en la región turca de Bafra (U.Bahadır Alkim *et al.*, *Ikiztepe I*. 1988, p.143 ss.), en la actualidad no deja lugar a dudas (p.25). Sin embargo, al hablar de *Zalpa* durante las campañas de Hattusili I se la ubica en la actual Alaça Höyük (?) o incluso en Tilmenhüyük (p.89), ambos lugares lejanos a la costa pónica. Para la existencia de dos sitios contemporáneos y distintos llamados *Zalpa*, uno en la costa del Mar Negro y otro hacia el sudeste de Hatti, cf. *RGTC* VI, p.490 ss.; y *Supplement*, p.191.

(e). En cuanto al pertinente y coherente “Listado de los reyes hititas” (p.32 s.), los enumerados en la p.33 pertenecen al período conocido como Imperial (o Reino Nuevo) y no al Reino Medio.

(f). Aparece simplemente el acadograma *MESEDI* (p.49), *guardia de corps*, para indicar al dignatario hitita: *jefe de la guardia de corps (real)*, cuya construcción más apropiada es: GAL^(LÚ.MES)*MEŠEDI* (entre otros, cf. S.R.Bin-Nun, *RHA* 31 (1973) 5 ss.; F.Pecchioli Daddi, *Mestieri*, 1982, p.548 ss.; o R.H.Beal, *THeth* 20, 1992, p.327 ss.).

(g). En cuanto al santuario de Yazilikaya, cerca de Bogazköy/Bogazkale, su parte principal fueron sus galerías o corredores entre rocas a cielo abierto, sin que se deban interpretar como “conjunto de grutas” (p.64). Asimismo, sobre sus paredes aparecen unos relieves con el monarca Tuthaliya IV y las divinidades del panteón de Hatti, cubiertas éstas con sus gorros cónicos de cuernos más que de “dientes” (*ibidem*). Cf. nuestro trabajo en: *Ilu, Revista de Ciencias de las Religiones* 3 (1998) 126 ss.

(h). El uso del hierro entre los hititas (p.ej., p.79) queda confirmado a nivel textual y arqueológico, e incluso no se descarta su conocimiento y uso en otros lugares y épocas (entre otros, C.Zaccagnini, *RSO* 45 (1970) 11 ss.; K.R.Maxwell-Hyslop, *Iraq* 36 (1974) 139 ss.; A.Kempinski-S.Košak, *Tel Aviv* 4 (1977) 91; J.D.Muhly *et al.*, *AnSt* 35 (1985) 67 ss.; Košak, *Fs.Güterbock*², 1986, p.125 ss.; o Zaccagnini, *JAOS* 110 (1990) 443 ss.). Más aventurado es hablar del uso del *acero* (p.55). No obstante, algunos han visto que el avance metalúrgico de los hititas les pudo llevar a experimentar y conocer de algún modo su elaboración derivada del hierro (hitita *hapalki-*, “(*smelted*) iron”, Košak, 1986: 125 s.), o de algún tipo especial de éste (acadio *hab/palg/kinnu*) que pudiese indicar, con dudas, *acero* (Zaccagnini, 1970: 17, nota 1; Muhly *et al.*, 1985: 76 y 81; o Zaccagnini, 1990: p.500, nota 36).

(i). En relación con el aparato gráfico representado por el conjunto de cuatro mapas (pp.69-71, basados en los de T.R.Bryce, *The Kingdom of the Hittites*. Oxford 1998, pp.xv-xvii), el último carece de un pie explicativo, correspondiendo al que sería: “El Oriente Próximo durante el período del Bronce Tardío”. Asimismo, se presentan algunas incorrecciones, p.ej.: *Cerabus* (Mapa 2) en vez de *Cerablus* (antigua Kargamis); *Kizzuwadna* (Mapa 3) y *Kizuwadna* (Mapa 4), cuando en el resto del libro aparece la forma Kizzuwatna (pp.27, 146 s. ó 150, con una alternancia gráfica de las dentales sonora y sorda “d/t”, no extraña en el mundo hitita, aunque aquí sería preciso adoptar una forma u otra); *Qadeš* (Mapa 3) y *Kadesh* (Mapa 4); la falta de algunos diacríticos: Mukis, Astata... (Mapa 3); o el desplazamiento de las localizaciones, como para *Kark(he)mis* (Mapa 4, *vid. supra*).

(j). En la nota 5 (p.82), relacionada con el fragmento que menciona las campañas del gobernante Anitta contra la localidad de Salatiwara, la referencia concreta a las páginas del artículo de Houwink Ten Cate (1984:1985 ss.) es errónea, siendo la correcta 1984:66 s. y 80 s., nota 66.

(k). Las excavaciones en *Kanes* (Kültepe) han constatado una destrucción por fuego que sellaba la época de las colonias paleoasirias en Anatolia, correspondiendo concretamente con el final del nivel Ib, no simplemente el nivel b (p.83).

(l). Aunque el relato conocido como *Asedio de Ursu* (T 3=CTH 7, p.111 ss.) reseña una empresa de Hattusili I contra este territorio del norte de Siria (p.100), la afirmación: “Este documento (T 3) se refiere a una campaña no incluida en las *Hazañas de Hattusili I*”, se matiza en la versión acadia de sus *Hazañas* (T 2=CTH 4) donde se alude de pasada a que fue a combatir a Ursu (p.107 s.).

(m). La toma de Alepo por el rey Mursili I es interpretada como un acto de venganza “por la muerte de su padre” (p.133) Hattusili I, que fue realmente su “padre adoptivo” (cf. Capítulo II).

(n). En el comentario a la cadena de asesinatos narrada en el *Edicto de Telepinu* (T 12=CTH 19) se afirma erróneamente que la toma del poder por Zidanta, de forma cruenta (§ 18): “debió de ocurrir tras la muerte del propio Zidanta” (p.145), en lugar de Hantili, que era su antecesor. Por otra parte, a pesar de que se afirma que para el reinado de Hattusili I lo que “Telepinu nos describe es más imaginario que real” al mostrar un “cuadro de paz y concordia” (p.143), que en realidad no existió (cf. Capítulo II), habría que matizar a esta afirmación que el propio Telepinu en su edicto sí deja entrever que los problemas existieron y no fue todo tan idílico (p.155, § 7).

(ñ). Hasta el momento se presenta muy difícil establecer el origen y el momento en que las poblaciones gasgas de las montañas pónicas del norte de Hatti comenzaron a provocar serios problemas a los hititas (vid. nuestra investigación, *La política y administración de las fronteras del reino hitita. Estudio comparativo del territorio limítrofe del sector septentrional de Anatolia durante gran parte del II milenio a.C.*, Tesis Doctoral, Universidad Autónoma de Madrid 2000). Aunque los gobernantes hititas mantuvieron contacto con los sectores septentrionales de Anatolia desde los primeros momentos, la aparición de los rebeldes gasgas en la documentación hitita durante el Reino Antiguo no se puede constatar con certeza, sin datos arqueológicos fiables y con escasas

referencias textuales, algunas tardías, que se refieren, p.ej., a un soberano llamado Hantili (p.146). Éste parece haber sido el constructor de las primeras fortificaciones defensivas de la capital Hattusa y otros centros hititas (T 8=CTH 11, p.137), y algunos autores lo han relacionado no con el citado en el *Edicto de Telepinu* sino con un Hantili II, posterior, del Reino Medio (cf. O.Carruba, en: *Istituto Gramsci Toscano*, 1988, p.200 ss.; nuestro trabajo, *AuOr* 12 (1994) 161, 166 y 169; Bryce, 1998: 47 y 120 ss.; Klengel, *Geschichte des Hethitischen Reiches*. Leiden 1999, p.67 ss. y 91 ss.; y *Tesis*, p.341 ss.). Incluso el propio Telepinu (p.151), también realizaría campañas hacia las regiones septentrionales que posteriormente tuvieron que ver con los gasgas (Klengel, 1999: 78 y 81; *Tesis*, p.451 ss.), pero sin que se confirme o aluda en el texto a combates explícitos contra estos montañeses hostiles. Estos enfrentamientos fueron más evidentes durante el Reino Medio y el período Imperial, con disturbios fronterizos que, ocasionalmente, degeneraron en penetraciones profundas sobre los territorios hititas.

(o). Se menciona el logograma TUKUL erróneamente en cursiva (p.187, nota 32). Junto a este término, se alude a otros hititas: *luzzi* y *šahhan* (citados ya en pp.48 y 106, nota 10), y al acadograma *ILKU*, vinculados a diversos tipos de obligaciones o servicios emparentados con la propiedad de la tierra, cuyos significados siguen sometidos a discusión entre los hititólogos, lo mismo que ocurre con la posible existencia en Hatti de unas formas de relación socioeconómicas y políticas bien “feudales”, o bien dentro de un “sistema de producción esclavista” (p.48), derivadas de estas obligaciones prestadas. Para profundizar en el complejo debate y en la terminología empleada en los textos hititas, entre otros, I.M.Diakonoff, *MIO* 13 (1967) 313 ss.; A.Archi, *SMEA* 18 (1977) 7 ss.; G.Kestemont, *OA* 17 (1978) 17 ss.; F.Imparati, *JESHO* 25 (1982) 231 ss., 244 ss. y 264 ss.; Imparati, *RIA* 7-8 (1983) 543 ss.; Imparati, en: *Istituto Gramsci Toscano*, 1988, p.225 ss.; R.H.Beal, *AoF* 15 (1988) 269 ss.; S.Alp, *Or* 59 (1990) 107 ss.; o H.A.Hoffner_{jr}, 1997: 187 s., *et passim*.

(p). Con incertidumbre en la traducción, la tropa o gente–*MANDA*, en cursiva y mayúscula al indicar un acadograma, aparecen en minúscula (p.192; cf. R.H.Beal, *THeth* 20, p.71 ss.).

(q). Se menciona la medida de superficie con el logograma *IKU*, erróneamente en minúscula cursiva, pp.198, nota 61, y 206, nota 87 (cf. H.A.Hoffner_{jr}, 1997: 319, “3,600” m²).

(r). Dentro de la selección de textos hititas relacionados con el mundo de la justicia, se destaca el fragmentario y complejo *Edicto* de un soberano de nombre Tuthaliya (T 14), del que existe una publicación más reciente con una interpretación comentada (vid. R.Westbrook–R.Woodard, *JAOS* 110 (1990) 641 ss.), que podría ser tenida en cuenta.

Únicamente queda felicitar a los autores de este primer volumen (y por extensión a la colección *Akal Oriente*), dando la bienvenida a esta edición de textos históricos y legales hititas, en su mayoría de la época del Reino Antiguo, y esperar la inminente aparición del segundo tomo que incluya el resto de documentación del Reino Medio y período Imperial, para completar una rica monografía sobre un aspecto particular de una civilización de la Antigüedad Oriental poco conocida en España. La publicación de trabajos tan destacados y con tanta garan-

tía como éste encuentran y encontrarán su justa difusión, para su lectura y consulta, tanto entre un sector erudito y universitario como entre un público más general ávido de nuevos conocimientos bajo una presentación coherente y comprensible.

JUAN MANUEL GONZÁLEZ SALAZAR
Universidad Autónoma de Madrid

HINOJOSA MONTALVO, José, *Los mudéjares. La voz del Islam en la España cristiana*, I. Estudio, II. Documentos, Centro de Estudios Mudéjares, Instituto de Estudios Turolenses, Teruel, 2002, 1-334 pp., 1-598 pp. ISBN 84-86982-51-0 (O.C.), 84-86982-66-9 (I), 84-86982-69-3 (II).

Este importante estudio, seguido de un segundo volumen con 478 documentos de la época (en latín, catalán, castellano...), inéditos o ya publicados, constituye una importante novedad en los estudios islámicos, ya que es la primera síntesis que abarca a todos los diversos territorios cristianos de la actual España (Andalucía, Aragón, Castilla, Cataluña, Murcia, Navarra, Valencia...). Las monografías anteriores, recogidas en una buena selección al final de cada uno de los dos volúmenes, se habían limitado siempre a ámbitos locales, temáticos o regionales, en función de la documentación investigada. La obra del Dr. Hinojosa Montalvo, catedrático de Historia Medieval de la Universidad de Alicante, tiene por tanto el mérito de ser amplia en su temática, rica en sus comparaciones y sugerente por sus perspectivas.

Los estudios del primer volumen recogen los principales temas investigados sobre esos musulmanes de las sociedades cristianas medievales, "*La voz del islam en la España cristiana*", aunque discreta y bastante apagada, entre las postrimerías del siglo XI (conquista cristiana de Toledo) y la conversión forzosa o presionada de los mudéjares de principios del XVI (1526, en la Corona de Aragón). Los temas, tratados sintéticamente, aunque en profundidad, abarcan una amplia gama de dimensiones sociales, los que mejor aparecen en la documentación conservada y en los centenares de estudios que se les ha ido consagrando a lo largo del siglo XX y ya XXI.

Una importante presentación bibliográfica ofrece lo principal de esa producción historiográfica, por reinos, especialmente los de Aragón y Valencia, los que más documentación han proporcionado y los más estudiados por el Dr. Hinojosa Montalvo en sus investigaciones personales y en sus reflexiones comparativas. Tras esta presentación general estudia los temas en los diversos reinos (las anteriores síntesis se habían limitado al ámbito de cada reino: historia, geografía y población mudéjar; migraciones y desplazamientos; situación social (en especial el estatuto jurídico, situaciones ante las diversas jurisdicciones penales, la delincuencia); las estructuras y cargos de las aljamas; elementos sociales (riqueza y poder, alimentación, relaciones con cristianos y judíos); la morería como complejo urbano; trabajo y economía; fiscalidad; segregación y discriminación; problemas lingüísticos. En el segundo volumen se presenta un selección de 478 textos ilustrativos de los diversos aspectos sociales de esas comunidades

de musulmanes de los reinos hispánicos, esa “voz del Islam en la España cristiana”, como reza el subtítulo de la obra.

Porque los mudéjares (seguidos de sus descendientes “moriscos”, durante un siglo más, hasta la expulsión general y su instalación en el exilio magrebí y oriental, después de 1609) representan más de medio milenio de la historia de unas minorías musulmanas en las sociedades europeas, sólo superadas en el tiempo por musulmanes balcánicos. El hecho de que la convivencia, la integración o la tolerancia de la sociedad dominante desembocara en el rotundo fracaso de la expulsión general de los musulmanes de las sociedades hispánicas (“limpieza étnica” se diría hoy en día, con tristes ejemplos contemporáneos) no quita que hubo notables situaciones de respeto hacia esas “minorías”, antecedentes de situaciones mucho más logradas en la actualidad, por basarse en principios sociales diferentes, laicos y jurídicamente diferentes. Es también un tema de comparación muy interesante.

El estudio del Dr. Hinojosa Montalvo sobre los mudéjares es, por tanto, una excelente introducción general para el que desee penetrar en este tema. Y para los especialistas representa una apertura de los temas particulares, con innumerables perspectivas comparatísticas, fruto también de las investigaciones personales del historiador valenciano y de sus maduras reflexiones y puntualizaciones sobre los muchos temas estudiados por sus predecesores.

MÍKEL DE EPALZA
(Universitat d'Alacant)

CAUVIN, Jacques, *The birth of the gods and the origins of agriculture*. Traducción: Trevor Watkins. New Studies in Archaeology. Cambridge University Press, U.K. 2000.

Cuadros, cronologías, mapas, figuras, ilustraciones, fotografías b/n. 259 páginas.

Los estudios sobre la Prehistoria del Próximo Oriente, concretamente los referidos a los inicios, desarrollo y éxodo del neolítico, están teniendo cada vez más auge ya que las nuevas campañas internacionales de salvamento arqueológico empiezan a replantear las antiguas teorías, década de 1950 y 1960, formuladas por ilustres arqueólogos: Braidwood, Childe o Perrot.

El profesor Jacques Cauvin, director emérito y fundador en el CNRS del *Institut de Préhistoire Orientale* en Jalès, ha formado, durante más de veinte años, a especialistas arqueológicos de la Prehistoria del Próximo Oriente, tanto de Francia como en España. La trayectoria investigadora de Cauvin ha quedado plasmada en numerosos libros –*Les premiers villages de Syrie-Palestine* (1978)– y artículos referidos a las direcciones de innumerables excavaciones arqueológicas en Siria (El Kowm) o en Turquía (Çafer Hüyük), entre otros.

La edición inglesa del ejemplar, que pasaremos a comentar, se debe al profesor Trevor Watkins, actualmente profesor de Arqueología de la Universidad de Edimburgo. Sus trabajos se centran, como el Dr. Cauvin, en el área de la Prehistoria del Próximo Oriente donde su trayectoria profesional ha estado marcada

por las excavaciones arqueológicas efectuadas en Siria, Turquía, Iraq y Chipre. Además, colabora con sus colegas franceses en la *Maison de l'Orient*, Universidad de Lyon.

Se trata de un libro de referencia obligada en los estudios de la Prehistoria del Próximo Oriente. Aunque sea una traducción al inglés, de su original en francés, ello hace que pueda llegar a un público más numeroso, dentro de la investigación anglosajona. El autor ha pretendido realizar una síntesis del proceso de neolitización. Define la Revolución Neolítica, esencialmente, como una reestructuración de la mentalidad humana que está expresada en términos de nuevas ideas religiosas y simbólicas. Contempla como el desarrollo de la ideología religiosa y la práctica social, en una economía mixta de agricultores, ha comenzado a organizarse en el Próximo Oriente y el este del Mediterráneo. El libro se estructura en tres apartados fundamentales: los orígenes de la agricultura, los comienzos de la difusión neolítica y, por último, el gran éxodo.

En la primera parte se intenta plasmar los momentos precedentes de las sociedades pre-agrícolas en la denominada etapa Natufiense. En el periodo siguiente, el PPNA (*Pre-Pottery Neolithic A*) la lectura del ejemplar nos adentra en el tema de la “*revolución de los símbolos*” con su problemática como es la aparición de dos símbolos dominantes: la mujer y el uro. Desde los primeros inicios se representa a la mujer, de forma tosca, hasta el momento en que toma una gran importancia –tanto en el norte del Levante como en Anatolia– cuya máxima culminación sería Çatal Hüyük, siendo la figura femenina el símbolo de una diosa relacionada con la fertilidad de la tierra, la denominada “*Diosa-Madre*”. Sin embargo, la figura del uro encarna la representación simbólica del hombre con una expresión esencialmente zoomorfa.

El siguiente capítulo analiza los sub-periodos del PPNA: Sultaniense (9700-8300 B. C.), Aswadiense (9000 B. C.) y Mureybense (exclusivo del Levante norte, 9500-8700 B. C.) estableciendo un mayor énfasis en los últimos hallazgos arqueológicos llevados a cabo en 1998 y 1999, en el poblado de Jerf el Ahmar, excavado por Danielle Stordeur. En dicho lugar se hallaron entre otros muchos objetos: piedras con diversos dibujos de líneas, motivos serpentiformes, cuadrúpedos, etc.

Los capítulos 5 y 6 abordan los temas sobre los orígenes de la agricultura. En ellos, el autor intenta demostrar como desde el IX milenio se produce ya el cultivo de plantas –el trigo en la región de Damasco–. Ello fue producido por el inicio de un nuevo modo de vida de las comunidades sedentarias en relación con su medioambiente físico.

La segunda parte del libro lleva por título “*los comienzos de la difusión del Neolítico*”. En sus tres capítulos siguientes, Cauvin nos adentra en el periodo siguiente: PPNB (*Pre-Pottery Neolithic B*), 8600-7000 B.C. Por un lado, aborda el tema del nacimiento de la cultura tanto en el Levante norte como la neolitización de Anatolia, y, por otro, la difusión en el Levante centro y sur.

Las importantes novedades que aporta, esta edición inglesa, se plasman con una mayor profusión en los capítulos 9, 10, 11, y 12 en donde se analizan las excavaciones de la década de 1970 de tell Mureybet y Abu Hureyra (Siria) con los nuevos datos que aporta el asentamiento de tel Halula (Siria) referidos a la arquitectura (plantas rectangulares), o, como en Anatolia, con el poblado de Nevali Çori cuya arquitectura se basa en hábitats con forma celular.

Sobre la evidencia del simbolismo en el sur del Levante, Cauvin intenta relacionar los objetos materiales –figuras, máscaras, estatuas y modelado de cráneos– con los santuarios. Ello implicaría un sistema diferente de relaciones de lo que hasta ahora se tenía constancia. A la luz de dichos datos el autor ha acuñado el término “*Revolución de los símbolos*” como ya hemos indicado anteriormente.

Como colofón se ha agregado un capítulo sobre la documentación más reciente que aportan los nuevos asentamientos arqueológicos de Anatolia (Nevalli Çori), Chipre (Shillouorokambos probablemente contemporáneo con el PPNB de tell Halula) y Siria (Jerf el Ahmar –PPNA–, tell Halula –PPNB, Pre-Halaf y Halaf–). Con los datos aportados se ha intentado verificar el proceso de Neolitización del área próximo-oriental destacando los nuevos avances de la posible aparición de los santuarios y su posible significado y los útiles líticos comparándolos con otras zonas de dicha área, entre otros hallazgos.

Nos queda, por último, apuntar la puesta al día de la bibliografía así como las ilustraciones, mapas, fotografías, dibujos que reúnen los nuevos datos arqueológicos.

PILAR PARDO MATA

RUIZ MATA, Diego y CELESTINO PÉREZ, Sebastián (editores). “*Arquitectura oriental y orientalizante en la Península Ibérica*”.

Centro de Estudios del Próximo Oriente. Lenguas y Culturas del Antiguo Oriente Próximo. nº 4. Madrid. I.S.B.N.: 84-607-1743-7. Depósito Legal: M-2323-2001. 274 páginas, fotografías en blanco y negro, mapas, ilustraciones y cuadros.

El estudio e investigación de los fenicios ha quedado plasmado en dos buenas obras que han sido manuales de estudios universitarios de reciente creación. Nos estamos refiriendo en primer lugar a libro ya clásico de la Dra. María Eugenia Aubet Semmler (1987 “*Tiro y las colonias fenicias de occidente*” (Editorial Bellaterra, Barcelona); y, por otro lado, el magnífico catálogo de los fenicios realizado por Moscatí (1988). Sirva este preámbulo para realizar la reseña del ejemplar “*Arquitectura oriental y orientalizante en la Península Ibérica*”.

El Centro de Estudios del Próximo Oriente (CEPO) y el Consejo Superior de Investigaciones Científicas han sacado a la luz su cuarta publicación, en esta ocasión, referida a al tema de la arquitectura fenicia, que precisaba ya de una puesta a punto con las nuevas novedades que van saliendo a la luz en las numerosas excavaciones arqueológicas.

Este tipo de iniciativas sido una constante que el CEPO (Centro de Estudios del Próximo Oriente) ha intentado establecer. Con motivo de uno de los cursos sobre “Lenguas y Culturas del Antiguo Oriente Próximo” se ha pretendido que dichas clases pasasen a formar parte de un libro. Los objetivos primordiales de los dos editores era abordar, por medio de diferentes artículos realizados por especialistas –tanto del territorio español como del territorio lusitano–, la problemática de la edificación fenicia en la Península Ibérica contando con los datos facilitados por los asentamientos, actualmente más punteros y emblemáticos y en

proceso de excavación arqueológica, como Cancho Roano (Badajoz), El Palomar (Oliva de Mérida, Badajoz), La Fonteta (Guardamar del Segura, Alicante), Castillo de Doña Blanca (Cádiz) o en Portugal, el recientemente descubrimiento del yacimiento arqueológico de Abul (desembocadura del río Sado).

Como apunta en el Dr. Bendala Galán, en su prólogo, “el estudio de la investigación arqueológica del mundo fenicio en nuestra Península Ibérica parece que se está intensificando dando como resultado este ejemplar, pionero en cuanto a abordar en si la problemática de la arquitectura orientalizante”. Ello refleja el importante interés que está suscitando esta parte de la cultura peninsular en los estudios arqueológicos cada vez con mayores datos que ponen de relieve la introducción de la cultura fenicia en nuestra historia.

La obra se estructura por medio de diversos artículos referidos a la arquitectura tanto religiosa como doméstica (hábitats, talleres, factorías) en los cuales se intenta buscar los paralelos con zonas de la cuenca mediterránea tanto oriental como occidental. Los fenicios viajaron a occidente para buscar metales lo que confiere un acercamiento con los pueblos indígenas –población tartésica– puesto que estos conocían la técnica de la obtención de los metales. A raíz de ello, se observó una rápida absorción de nuevos tipos de tecnología que trajeron en su viaje los colonizadores –los fenicios–. Se unirán a la población dirigente por mediación de pactos dando lugar a una clase dirigentes que realizara un comercio fructífero con los establecimientos fenicios. Toda esta problemática se ha intentado desarrollar en este libro por los diferentes especialistas en la materia.

Por último, hay que resaltar la excelente documentación fotográfica (en blanco y negro) así como los cuadros sinópticos, los mapas y las láminas de piezas arqueológicas más representativas. Por otro lado, cada artículo cuenta con una excelente bibliografía puesta al día.

PILAR PARDO MATA

DRINT, Adriana, *The Mount Sinai Arabic Version of IV Ezra*. 2 vols. Edited and translated by A. Drint. (CSCO, vols, 563-564. *Scriptores Arabici*, ts. 48-49), Lovaina: Peeters, 1996-1997, xxiv+78 y xxxvii+122 págs.

Desde que hace unos años los Profs. van Koningsveld y Stone identificasen el texto que (junto con un tercero que contiene la narración de un monje llamado al Masīḥī) acompañaba al apocalipsis árabe de Baruc (*cf.* la edición de F. Leemhuis; A.F.J. Klijn; G.J.H. van Gelder, *The Arabis Text of the Apocalypse of Baruch*. Edited and Translated with a Parallel Translation of the Syriac Text, Leiden, 1986) como la versión árabe de 4 Esdras (*cf.* P. Sj. van Koningsveld, “An Arabic Manuscript of the Apocalypse of Baruch”, *Journal for the Study of Judaism*, VI (1974-75), pág. 207 y M.E. Stone, “A New Manuscript of the Syro-Arabic Version of the Fourth Book of Ezra”, *Journal for the Study of Judaism*, VIII (1976-77), págs. 183-184) el interés por dicha versión acaparó el interés de los investigadores (*cf.* A. Drint, “The Mount Sinai Arabic Version of IV Ezra. Characteristics and Relevance of an Early Arabic Translation of the Syriac Text”, *Orientalia Christiana Periodica*, 58 (1992), págs. 401-422).

Esta versión –que Drint propone datar en una fecha tan importante como lo es el s IX–constituye la traducción realizada a partir de un original siríaco estrechamente relacionado con el *unicum* contenido en el *Codex Ambrosianus* y con el fragmento (*BnF Supplément turc 983*) que nos ha conservado 4 Esdras 8,33b-41a y 41c-47b (*cf.* la edición de B. Outtier, “Un fragment syriaque inédit de IV Esdras”, *Apocrypha*, 4 (1993), págs. 19-23) y muestra diferencias con aquellas copias árabes que parecen haber sido realizadas a partir de un texto griego. Desgraciadamente, el *Codex Arabicus Sinaiticus 589* carece de colofón, por lo que se nos priva de la posible información que allí pudiese haber contenida relativa al marco geográfico, a la fecha y al traductor del ms. Por otro lado, el análisis textual de la versión árabe de 4 Esdras evidencia que procede de un original siríaco, cuya *Vorlage* está estrechamente ligada al espécimen del *Codex Ambrosianus*, pero donde se advierte que el traductor de la muestra sinaítica ha procedido a revisar el texto siríaco empleado, enmendándolo allí donde lo creía necesario e incorporando con frecuencia glosas en el texto.

Así, pues, el interés que se suscitara entre los especialistas por esta versión árabe queda demostrado por la riqueza de datos que se desprenden del completísimo estudio que le dedica A. Drint. El primer vol. incluye, junto a la pertinente introducción, la excelente edición crítica del ms. árabe y el segundo vol., por su lado, contiene, junto al detallado y riguroso estudio con que abre el mismo, la traducción acompañada de un completo y riquísimo aparato crítico que resulta de utilísimas y enorme ayuda para comprobar la colación textual realizada por la autora.

La edición, traducción y estudio de la versión árabe de 4 Esdras contenida en el *Codex Arabicus Sinaiticus 589* representa una de las más importantes labores de crítica textual realizada en el ámbito de los estudios de la literatura árabe cristiana. La labor de la autora es un claro modelo a imitar en el tratamiento y estudio de este tipo de textos, donde el esfuerzo sintético y clarificador arropan continuamente la soberbia labor realizada. Lamentamos, sin embargo, que la política que se sigue con la edición y traducción de los textos que conforman el *Corpus Scriptorum Christianorum Orientalium* siga sin contemplar en los mismos la incorporación de los socorridos, necesarios e indispensables índices que faciliten el trabajo sobre el texto. Pero éste no es asunto achacable a la autora, sino a la editorial. Esperemos que con el tiempo quede solventada esta merma en tan importantes textos, por ahora contentémonos con dar la bienvenida a este soberbio trabajo de A. Drint, aguardando con ansiedad sus nuevos trabajos.

JUAN PEDRO MONFERRER SALA

MACKENZIE, VICKI: *Una cueva en la nieve*. Traducción de Carlos Andreu. RBA Libros, Barcelona, 2000, 189 páginas.

Este libro está dedicado a narrar la historia de Tenzin Palmo, una mujer occidental cuyo interés y compromiso con el budismo tibetano la llevó primero a viajar a la India y algo más tarde a establecerse en una cueva en el Himalaya a 4.000 metros de altitud, donde pasó doce años dedicada a la meditación. La autora del libro se pregunta: “¿Qué había llevado a una inglesa de esta época a vivir

en un agujero húmedo y oscuro en la ladera de una montaña, como una mujer de las cavernas moderna?” (p. 12). Hacernos inteligible esta decisión y ver sus consecuencias es el propósito de la obra. Lo primero que se intenta dejar bien claro es que dedicarse a meditar en la soledad del interior de una cueva no es un intento de evadirse de las dificultades de la vida cotidiana. Al fin y al cabo, en nuestra vida “normal” cuando tenemos algún problema siempre podemos encender la televisión o llamar por teléfono a un amigo. En cambio, en una cueva, como dice Tenzin Palmo, “no puedes acudir a nadie más que a ti mismo. Cuando surgen los problemas y las cosas se ponen feas, no tienes más remedio que pasar por ello y lograr salir por el otro lado. En una cueva debes enfrentarte a tu propia naturaleza en estado puro y encontrar la forma de manejarla y salir adelante” (p. 14). Quizás en estas palabras esté la clave de una decisión tan drástica. Se trataba de intentar llevar a cabo en condiciones ideales el propósito de llegar a conocerse a uno mismo, de saber quién soy en realidad (y, por tanto, quiénes son los demás).

Pero retrocedamos en el tiempo buscando un buen principio para esta historia. A mi juicio se encuentra en esta anécdota que nos cuenta Tenzin Palmo: “Yo tendría unos trece años y regresaba a casa con mi madre tras visitar a unos tíos ... estábamos esperando el autobús. Y, allí, sentada en la parada, de repente pensé que todos íbamos a morir, y que antes de eso probablemente todos íbamos a sufrir enfermedades. No habíamos estado hablando de todo eso, simplemente me vino a la cabeza ... Hay cosas buenas, PERO debajo de todas ellas está el hecho de que envejecemos, enfermamos y morimos, y eso anula todo lo demás.” Vicki Mackenzie comenta: “Resulta muy interesante comprobar que lo que preocupaba a aquella chiquilla del East End londinense era exactamente lo mismo que había atormentado al joven príncipe Siddharta en la India, en el año 560 a de C., el día en que abandonó la protección de su palacio y se encontró con un hombre enfermo, un anciano y un cadáver. La tremenda impresión que esa visión causó en él lo llevó a abandonar su sencilla y privilegiada existencia e ir a buscar las razones que había detrás de la condición humana, con todo su sufrimiento intrínseco” (p. 24).

No es entonces nada extraño que varios años después nos encontremos a nuestra joven inglesa iniciándose en la senda budista. Y allí lo que iba a encontrar era la existencia de una discriminación que llevaba practicándose desde siempre. Mientras los monjes habían ido a universidades monásticas en donde se impregnaban de profundas enseñanzas las mujeres se habían visto relegadas a simples prácticas rituales al servicio de una comunidad local. Lo cierto es que no habían existido mujeres Dalai Lama, ni maestros de linaje femeninos. Por ello, todos los importantes lamas que habían llegado a Occidente para enseñar y divulgar sus conocimientos eran hombres. Las mujeres estaban claramente apartadas del poder establecido, sin grandes opciones de aprender o de lograr un cierto estatus. El efecto de esta situación sobre la autoconfianza y la autoestima de las mismas no podía ser más desolador. Fácilmente acababan interiorizando la convicción de la inferioridad e impureza de su cuerpo, y que lo mejor que las podía suceder era renacer en otra existencia en un cuerpo de hombre. Como se dice en estas palabras de un mujer en las *Canciones* de Milarepa (citadas por Tsultrim Alione: *Mujeres de sabiduría*. Traducción de Montserrat Castellà. Los libros de la liebre de marzo, Barcelona, 1990, p. 9):

“Debido a mi karma negativo, ahora poseo este cuerpo inferior (de mujer)
 Atravesando tantos obstáculos
 Nunca me había dado cuenta de mi identidad y de la de Buda.
 Careciendo de la diligencia necesaria,
 Muy pocas veces me acordaba de las enseñanzas de Buda,
 Aunque deseara practicar el Dharma,
 Perezosa e inactiva fui desperdiciando el tiempo.”

Pero Tenzin Palmo se preguntaba, ¿qué tenía un pene que lo convirtiera en algo tan esencial para la Iluminación? Y la verdad es que en el momento de hacerse la pregunta era fácil ver que sólo podía haber una respuesta: nada. El siglo XX “había vivido la emancipación creciente e inexorable de la mujer en todos los ámbitos de la vida excepto en el de la religión” (p. 16). ¿No había llegado el momento de que las cosas cambiaran? Tenzin Palmo iba a refutar siglos de tradición que afirmaban que las mujeres no eran capaces de realizar retiros prolongados a fin de progresar espiritualmente. Una cueva fue su casa desde los 33 a los 45 años.

¿Qué ocurrió en su mundo interior durante esos años? La respuesta del libro es a este nivel decepcionante. Quizás no podía ser de otra forma. En todo caso, como afirma la autora del libro: “Nadie sabrá jamás lo que Tenzin Palmo vivió exactamente durante todos aquellos años de reclusión solitaria, ni conocerá las revelaciones deslumbrantes que tal vez tuvo, ni sabrá de los momentos más oscuros que tuvo que soportar. ... sus votos tántricos le prohibían divulgar cualquier progreso que hubiera realizado” (p.105). Eso sí, quienes la vieron después de salir de su largo retiro pudieron apreciar su gran ecuanimidad, su capacidad para la compasión, una sensación de paz y claridad que transmitía. En fin, lo que quizá pueda definirse como libertad interior. Quizás lo más importante de lo poco que a este nivel se nos cuenta es un sueño que tuvo, sueño que no puede sino recordarnos el magistral mito de la caverna que Platón nos contara en su *República*. Pero cedamos la palabra a Tenzin Palmo:

“Estaba en una cárcel, una cárcel muy grande con varios niveles. En el piso más alto la gente vivía rodeada de lujos, mientras que quienes vivían en la planta baja eran víctimas de terribles torturas. En los niveles intermedios el resto de habitantes realizaba diversos tipos de actividades en condiciones diversas. De repente me di cuenta de que independientemente del nivel que uno tuviera, estábamos todos metidos en una cárcel. En ésas encontré una barca y decidí escapar con el mayor número de personas a bordo que quisieran seguirme. Recorrí la prisión contándole a todo el mundo su situación y urgiéndoles a que se liberaran. Pero por mucho que me esforzara, todos parecían atrapados en una terrible inercia y, al final, sólo dos personas tuvieron la voluntad y el coraje de venir conmigo.

Subimos a la barca y aunque había un montón de guardas de la prisión alrededor, nadie trató de detenernos mientras huíamos de la prisión con destino al mundo exterior. Cuando estuvimos fuera empezamos a correr alrededor de la prisión y, al mirar hacia dentro a través de las ventanas, vi a toda esa gente ocupada en sus diferentes actividades, totalmente ajenos a la realidad de su situación.

Recorrimos kilómetros y más kilómetros por un camino paralelo a la prisión que parecía no tener fin. Empecé a sentirme cada vez más cansada y abatida, y creí que jamás lograríamos dejar la prisión atrás, que deberíamos deshacer el camino y volver a entrar. Estaba a punto de abandonar cuando caí en la cuenta de que las dos personas que me habían seguido tenían todas sus esperanzas depositadas en mí y que si me echaba atrás eso sería también su perdición. No podía abandonarlos, de modo que proseguí.

Enseguida llegamos a un cruce en forma de T y, a partir de ahí, el paisaje cambió. Era una especie de zona residencial con casitas rodeadas de flores y árboles. Nos acercamos a la primera puerta y llamamos. Nos abrió una agradable mujer de mediana edad que, tras echarnos un vistazo, dijo: “Vaya, habéis salido de aquel sitio. No sale mucha gente, la verdad. A partir de ahora estaréis bien, pero debéis cambiaros de ropa. Regresar podría resultar peligroso, aunque debéis tratar de ayudar a los demás a salir”. En aquel momento tuve una súbita inspiración. “Lo he intentado pero nadie ha querido venir”, le dije a la mujer. Ella respondió: “Los que tienen poder os ayudarán”. Y añadió: “Yo dedico mi tiempo a trabajar con ellos para ayudar a liberar a todos los seres.”

En aquel momento desperté y solté una risilla al ver la imagen de la mujer de mediana edad de la zona residencial” (p. 110).

Vicki Mackenzie nos explica el significado del sueño: “Tenzin Palmo se había prometido a sí misma liderar la gran fuga de la prisión de Samsara, el reino de la existencia gobernada por el sufrimiento al que estamos condenados hasta que logramos la libertad eterna de la Iluminación. Además, al parecer, había interiorizado también el ideal Bodhisattva del altruismo incondicional” (Ibid).

La narración toma un nuevo giro cuando un problema burocrático con su visado pone fin a esa larga reclusión. De la cueva iba a salir una Tenzin Palmo determinada a acabar con la discriminación que las mujeres seguían experimentando en el mundo del budismo tibetano. En su visión esto significaba la creación de un convento que resucitara el antiguo linaje espiritual de las Togdenmas, quienes seguían una conjunto de técnicas espirituales concebidas especialmente para mujeres por uno de los más destacados discípulos de Milarepa. Para realizar este plan se iba a convertir en maestra y conferenciante dispuesta a recorrer el mundo a fin de recaudar fondos. Y, aquí, en sus últimos capítulos, nuestro libro adopta un tono que podemos calificar de más sociológico. ¿Cómo era el mundo con el que se encontraba Tenzin Palmo? Ciertamente, el budismo estaba de moda en occidente. Pero su adaptación a un nuevo entorno había provocado preguntas y cambios importantes. Dos debates resultaban especialmente relevantes. Los concernientes a la figura del gurú y a si las cuevas (es decir, todo lo que ellas implican) eran verdaderamente indispensables.

Desde el punto de vista tradicional el gurú era visto como infalible, como si fuera uno con el mismo Buda. “El gurú es Buda, el gurú es dharma, el gurú es también sangha”, decía la oración. En un mundo lleno de términos relativos, aquí había un absoluto, una persona que era al mismo tiempo la doctrina (dharma) y la comunidad (sangha) que uno anhelaba. Pero, ¿era posible mantener esta imagen en sociedades ilustradas, acostumbradas al cuestionamiento crítico? No iban a tardar en aparecer relatos escabrosos sobre el comportamiento de algunos lamas. Como mero ejemplo, el famoso Chogyam Trungpa no sólo era alcohólico, sino

que también había mantenido relaciones sexuales con sus alumnas. La misma Tenzin Palmo, cuando lo conoció en Inglaterra antes de ir a la India, sufrió el acoso sexual de su mano deslizándose por su falda mientras hablaban de profundos temas budistas. Ella misma nos cuenta que siempre estaba sugiriéndola que se acostase con él, y reconoce que “no estaba siendo sincero; se presentaba como un monje puro y me decía que yo lo había conquistado, ... Si me hubiese dicho: “Mira querida, he estado con mujeres desde que tenía trece años y tengo un hijo, ...” que era la verdad, yo le habría dicho: “Entonces, vamos”, porque ¿qué podría haber sido más fascinante que hacerlo con Trungpa?”(p. 37). Luego, el problema no era el ejercicio de la sexualidad, sino la manipulación, la hipocresía, y el abuso de autoridad. Ahora bien, ¿podía un ser que supuestamente ha alcanzado la iluminación tener importantes faltas morales? Parecía claro que los líderes espirituales orientales habían dejado de ser especiales, tenían los mismos fallos y debilidades que el común de los mortales. Eran humanos, demasiado humanos. La figura del gurú había quedado así herida de muerte. Surgía entonces la necesidad de redefinir la relación entre maestro y alumno en la senda espiritual.

Y también había que redefinir el significado de los retiros. Tenzin Palmo se encontró con las siguientes preguntas: “¿es necesaria una cueva? Una cueva, dijeron, era una prerrogativa masculina ... Mientras que los hombres pueden apartarse de sus familias (y de hecho, lo hacen), como había hecho el propio Buda, para comprometerse con grandes períodos de meditación solitaria para mejorar sus oportunidades espirituales, las mujeres no quieren o no pueden hacerlo. ¿Por qué el instinto maternal, que después de todo era responsable de traer al mundo a todos los seres, incluido el Buda, ..., habría de considerarse una limitación?” (p. 172). Se trataba, en suma, de aclarar la relación del progreso espiritual con la vida cotidiana. ¿No es fácil que uno se autoengañe y crea que ha superado sus emociones negativas simplemente porque en la soledad de su retiro no tiene ocasión de experimentarlas? ¿No desarrolla la maternidad (o la paternidad) cualidades de valor espiritual que sería imposible alcanzar en una vida monástica?

Las consideraciones y matizaciones de Tenzin Palmo (y de otras personas que desfilan por el libro) sobre estos interrogantes son interesantes y merecen una reflexión atenta (al fin y al cabo, ella no había tenido hijos y sí había vivido en la soledad de una cueva). Pero más que exponerlas aquí, preferimos que el lector las lea por sí mismo.

GERARDO LÓPEZ SASTRE

REINOLD, Jacques. “*Archéologie au Soudan. Les civilisations de Nubie*”.

Editions Errance. Paris, 2000. ISBN; 2 87772 168 8, 144 páginas. Fotografías en color, mapas, planos y dibujos.

La reciente exposición celebrada conjuntamente en Jartum y París, 2000-2001, bajo la Dirección General de Antigüedades de Sudán, ha reunido a especialistas de la Arqueología de Sudán.

En el preámbulo del libro, Hassan Huseein Idriss (Director General de Antigüedades y Museos de Sudán) apunta *Ael interés por la Prehistoria e Historia de*

Sudan data ya de tiempos de Herodoto, de Plinio, pasando por Estrabón hasta llegar a los viajeros europeos y árabes que visitaron estas tierras. La primera mitad del siglo XX se observa una evolución notable de los métodos científicos para el mundo antiguo –documentación, prospección y excavación– lo que permite la además reunir las nuevas técnicas de topografía, cartografía y estratigrafía para revelar los lugares más importantes de investigación. Francia participó, fundamentalmente, en la campaña de salvamento internacional del valle del Nilo, auspiciado por la UNESCO, para la construcción de la presa de “suan, siguiendo unos lazos muy estrechos hasta la actualidad”.

Sirvan, por tanto estas premisas ya planteadas en el comienzo del libro para iniciar un recorrido sucinto a través de este ejemplar. El libro arranca con los inicios de la prehistoria sudanesa –cultura Neolítica–, pasando a las grandes ciudades de época histórica –Kerma o las grandes pirámides de Meroe–, hasta llegar a la convergencia de las diferentes civilizaciones de África del norte y la zona del valle del Nilo, plasmando con ello su cultura e historia. En él se recogen los inicios de la historia de África a los largo de los treinta años de trabajos realizados en Sudán a través de las múltiples misiones arqueológicas francesas.

La obra nos introduce en su Prehistoria a través de los periodos más antiguos: Paleolítico –Khor Abou Anga–; Epipaleolítico –Qadiense, Arkiniense y Shamarkiense–; Neolítico – Kadruka y Kadada–.

Los primeros inicios de la conquistas egipcias se desarrollan en la primera mitad del siglo IV con la aparición del grupo A destacando los grandes recipientes de almacenamiento para unos grupos humanos organizados ya en jefaturas. Posteriormente, pasaría revista al horizonte cultural pre-Kerma; el Grupo C que dará paso a los primeros grandes reyes africanos con el grupo cultural de Kerma, (2500-2050 a. C.) en el cual aparece ya, al borde del río Nilo, la residencia de los reyes, de la corte y los dignatarios. Tras un largo repaso a otros asentamientos como Soleb, la isla de Saï o Sedeinga se analiza la época real con los dos yacimientos más importantes de Napata y Meroe. Intenta terminar este repaso histórico con una sucinta noción sobre la cristianización hasta la época de la islamización de Sudan.

Se ha ilustrado este ejemplar con una rica documentación gráfica, a color, donde se revela el gran esplendor de las civilizaciones que han ocupado el territorio sudanés desde los primeros agricultores hasta la llegada del Islam. Las tablas cronológicas de época prehistórica e histórica muestran, sin lugar a dudas, la síntesis de las culturas más importantes de Sudan. El libro incorpora una excelente sección de mapas para ubicar los diversos asentamientos citados en el texto.

Queda, para finalizar, mencionar la exhaustiva bibliografía, tanto de monografías como de revistas científicas especializadas, de los lugares arqueológicos mencionados en el texto.

PILAR PARDO MATA

WINBLADH, Marie-Luoise, *Minoer och mykenare på västkreta. De svensk-grekiska utgrävningarna i chaniá. Minoans And Mycenaeans In West Crete. The Greek-swedish Excavations At Chaniá.*

Medelhavsmuseet, The Museum of Mediterranean and Near Eastern Antiquities, Stockholm 2000. ISBN: 91-89242-05-X, 89 páginas. Ilustraciones, mapas, dibujos y fotografías en color.

El museo Medelhavsmuseet de Estocolmo (Suecia) está dedicado al estudio e investigación de las colecciones arqueológicas y las excavaciones repartidas por el Mediterráneo y el Próximo Oriente y a la compra de piezas arqueológicas para sus fondos museísticos. Dicho museo ha editado recientemente el libro sobre la ciudad de Chaniá, isla de Creta. Este ejemplar ha sido patrocinado tanto por el Medelhavsmuseet como por Consejo Nacional sueco para asuntos culturales.

La autora, Marie-Louise Winbladh, ha escrito el libro, en lengua sueca, aunque cuenta con un amplio resumen en inglés para hacer más fácil su comprensión a un público más general, sobre el palacio de Chaniá, ubicado en la isla de Creta, investigaciones que datan de hace ya 30 años. En dicha ciudad se ha registrado parte de una gran ciudad minoica, de la Edad del Bronce Antiguo, y buena parte de los hallazgos arqueológicos se hallan actualmente repartidos entre el museo arqueológico de Chaniá (Creta) y en el Medelhavsmuseet, en Estocolmo.

Durante la Segunda Guerra Mundial, la isla de Creta contó con numerosas excavaciones llevadas a cabo por diversas misiones arqueológicas alemanas. En dichas excavaciones se encontraron restos de las civilizaciones minoicas. Durante los bombardeos, ocurridos en durante 1941, se puso al descubierto, en la catedral veneciana de Santa Marina –fines del siglo XIII–, unos muros pertenecientes al Minoico Reciente. Pero, no sera hasta el comienzo de la década de 1960 cuando se empezaron a descubrir numerosos restos minoicos. De todas formas, hubo que esperar hasta el año 1964 cuando el Dr. Tzedakis, director del museo de Chaniá, comenzó a excavar de forma sistemática en Kastelli, la vieja ciudad de Chaniá. Posteriormente, entre los años 1970 y 1987, el grupo greco-sueco (Dr. Tzedakis y Dr. Styrenius, director del Medelhavsmuseet de Suecia, así como el director de campo por parte sueca Dr. Hallager) continuaron los trabajos dejando al descubierto importantes descubrimientos desde momentos tan antiguos como el Neolítico, la Edad del Bronce Reciente, el Minoico Reciente y el Geométrico Reciente. En los primeros hallazgos se observó que la ciudad de Chaniá correspondía a la antigua Kydania, cuyo nombre aparece ya citado en las tablillas de arcilla de Cnossos. Dicha ciudad minoica, perteneciente a los periodos del Minoico Reciente I-III (ca. 1550-1100 B. C.), tenía grandes casas de dos pisos en cuyos interiores se documentaron una gran cantidad de recipientes cerámicos (jarras, grandes *pithoi* –jarras de almacenamiento–, ánforas para contener vino y agua, jarras con asas para almacenar aceite y una jarra conteniendo tres kilos de guisantes carbonizados) y tablillas de arcilla con signos de escritura minoica del Lineal A (posiblemente pertenecían a una área de administración palacial). Ya en el periodo micénico, los estudios han revelado la presencia de una escritura micénica del Lineal B, en la antigua ciudad de Kydania, durante el siglo XIII B. C. Dicha escritura puede verse en algunas jarras en donde aparece la grafía con el signo “*wa*”, que posiblemente corresponda con la abreviación de la palabra “*wana-ka-te-ro*” cuyo significado es real. Se erigieron nuevos edificios en donde se pudieron documentar infinidad de figuras de terracota que presentaban algunos paralelismos con la Argolida, y también se localizó cerámica autóctona (jarras,

jarros, copas, *kylis*, etc...) de color naranja-amarillo, cuya decoración se realizaba en marrón-rojizo brillante y, que posteriormente, se importó al continente griego, a Chipre, a Sardinia e Italia.

La autora ha pretendido presentar la información básica de las investigaciones efectuadas en las excavaciones arqueológicas greco-suecas de la ciudad de Chaniá, en la parte oeste de la isla de Creta, que, según, los estudios podía ser la antigua Kydonia.

El libro está muy bien ilustrado tanto por los mapas realizados sobre la colonización de la isla de Creta como por la amplia y profusa ilustración de fotografías antiguas, de las excavaciones efectuadas en la década de los años 1970, como las fotografías modernas (a color) de las excavaciones efectuadas así como de los materiales arqueológicos (recipientes cerámicos: *pixys*, *kylikes*, cuencos, jarras de diferentes estilos, tablillas de arcilla con inscripciones del lineal A y B, sellos de arcilla, ídolos femeninos de arcilla, etc...) así como planos de las excavaciones y reconstrucciones de los hábitats.

Por último, queda por citar la amplia bibliografía correspondiente al mundo creto-micénico en las que incluye las últimas publicaciones relativas al tema.

PILAR PARDO MATA

MUY IMPORTANTE PARA NUESTROS COLABORADORES

El Centro de Información y Documentación Científica (CINDOC), del Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC), es el encargado de publicar en el Registro Internacional de Publicaciones Científicas, los boletines, revistas y libros que, de acuerdo con sus Normas, así lo consideren.

A tal fin, nos han comunicado que si deseamos figurar en ese Registro Internacional, deberemos adoptar la siguiente **NORMATIVA**:

NORMAS DE COLABORACIÓN EN EL BOLETÍN (Julio 2002)

- 1.º Los artículos deberán estar escritos en ordenador y a DOS ESPACIOS, con los programas Word, WordPerfect, Macintosh, etc. con los sistemas operativos Windows o MS.DOS, siempre que sea un tratamiento de textos compatible. No se admitirá ningún artículo que esté escrito a máquina o a mano.
- 2.º Deberán remitir el original en diskette 3¹/₂ HD, debidamente identificado con el Título de Artículo, Nombre del Autor y Programa con el que ha sido escrito, junto con una copia impresa, en folio de papel blanco de formato DIN A4, A DOS ESPACIOS, escrito en una sola cara y con una EXTENSIÓN MÁXIMA DE 20 FOLIOS, incluidos notas y bibliografía. Todas las páginas deberán estar numeradas en el ángulo superior derecho. La copia en papel deberá ser EXACTAMENTE IGUAL a lo grabado en el diskette, salvo en aquellos artículos que lleven transcripciones de otras lenguas, las cuales se marcarán en ROJO, para una mejor identificación. Los artículos podrán escribirse en cualquier idioma.
- 3.º Cuando sea necesario destacar una cita literal, se podrá poner entre “comillas”. Si el autor desea que una palabra o palabras aparezcan en *cursiva* o en **negritas**, las escribirá simplemente así.
- 4.º Todos los textos, notas y noticias, pies de página y recensiones, deberán escribirse de igual forma. El tamaño de la fuente deberá ser el 12 de Word o similar, NUNCA MÁS PEQUEÑO. En el Boletín, todos los textos se publicarán con el mismo tamaño de letra.
- 5.º En la cabecera del artículo, deberá figurar el título ESCRITO EN MAYÚSCULAS y debajo y a la derecha, el nombre del autor, el lugar donde trabaja (sin títulos ni cargos) y la ciudad.
A continuación de esta cabecera, se escribirá un RESUMEN en castellano (de ± 100 palabras = 6-8 líneas), y debajo las PALABRAS CLAVE (de 6 a 10). A reglón seguido, un ABSTRACT en inglés (± 100 palabras = 6-8 líneas), y debajo las KEY WORDS (de 6 a 10).

(MUESTRA DE LA PRIMERA PÁGINA DE UN ARTÍCULO)

(Título del artículo) ESTUDIO SOBRE LA PINTURA ORIENTALPor *(Nombre del autor)**(Lugar donde trabaja y la ciudad)*

sin títulos ni cargos.

BIBLID: *(lo establece el Consejo de Redacción)*

RESUMEN:XX. etc.

PALABRAS CLAVE: XXXXXX, XXXXX, XXXX XXXXXX, XXXXXXXX, XXXXXXX, etc.

ABSTRACT: XXX. etc.

KEY WORDS: XXXXXX, XXXXXXXX, XXXXXX, XXXXXXXX, XXXX, XXXXXXX, etc.

6.º Las NOTAS, numeradas, deberán escribirse al final del artículo.

7.º En lo referente a la BIBLIOGRAFÍA, se deberán seguir las siguientes indicaciones:

El primer apellido del autor, todo en MAYÚSCULAS, seguido del segundo (si lo tuviere) y el nombre propio en minúsculas. A continuación el año, seguido de la obra entre comillas, después, la publicación de referencia (si la hubiere) en cursiva, la editorial (si se conoce) y la ciudad.

Ejemplo:

DÍAZ Rovira, A. 2002: "El Orientalismo", en *La Revista de Oriente*, pp. 35-56. Edit. Universidad Internacional de Venecia.

8.º Las fotografías deberán enviarse, a poder ser, en papel blanco/negro brillante (glossy print), sin bordes. Los dibujos deberán hacerse en papel blanco o vegetal y escritos en tinta negra (preferentemente china). No se admitirán tachaduras ni borrones, ni deberán estar enmarcados (los bordes deberán ser libres), para mejor poder adaptarlos a las páginas del Boletín. No se admitirán los realizados en papel milimetrado o rayado. Todas las fotografías y dibujos, deberán ir correctamente identificados. Las fotocopias deberán ser nítidas, limpias, contrastadas y en papel blanco. Para indicar en que parte del texto deben incluirse las figuras, se indicarán de la siguiente forma:

(Figura 1)

dejando una línea libre tanto por encima como por debajo (sirva lo anterior como ejemplo). La imprenta adaptará este espacio a las necesidades de la figura. Los pies de las figuras, se escribirán al final del artículo. Ejemplo:

Figura 3. Detalle de la escultura del rey Nicolo XIII

9.º Las NOTAS del texto se escribirán después.

Estas NORMAS rigen igualmente para los apartados "NOTAS Y NOTICIAS" y "REVISTA DE LIBROS". En estos dos casos, deberá escribirse en la cabecera REVISTA DE LIBROS o NOTAS Y NOTICIAS, según corresponda, y a continuación se escribirá el texto.

10.º Se suprimen las correcciones. Cada autor deberá corregir su texto, ANTES DE ENVIARLO PARA SU PUBLICACIÓN.

11.º Todos los artículos deberán ser originales.

12.º No se admitirá ningún texto que no se adapte a estas NORMAS, ni tampoco se devolverán los diskettes.

Estas NORMAS anulan y substituyen a las anteriormente publicadas.

Fecha límite para la recepción de originales: 31 de Mayo de cada año.

EL CONSEJO DE REDACCIÓN

ASOCIACIÓN ESPAÑOLA DE ORIENTALISTAS
BALANCE DE CUENTAS DE RESULTADOS AÑO 2001

(Adaptado al Plan General de Contabilidad)

	INGRESOS	GASTOS
(705) Cuotas de socios 2001		
Subvenciones oficiales de explotación (A.E.C.I.)		
Reintegro (A.E.C.I.)		
Publicidad. Edición del BOLETIN 2001	1.602.210	
(740)	650.000	
		-303.651
(627)		991.380
(649) Otros Gastos sociales (Administración)		720.000
(649) Servicio Postal		111.601
(624) Transporte		6.594
(629) Material de Oficina		15.312
(624) Viaje Granada		143.867
(626) Bancos	439	31.024
	1.948.994	2.019.778
Diferencia de -70.784		

